

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 336, DE 2007

Altera a Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, que “obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca”.

Autor: Deputado CIRO PEDROSA

Relator: Deputado GERALDO PUDIM

I – RELATÓRIO

Pelo Projeto de Lei nº 336, de 2007, o art. 1º da Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003 passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo terceiro:

“Art. 1º

§ 3º A advertência “não contém Glutén” deverá vir acompanhada do símbolo internacional que caracteriza os alimentos isentos de glúten.”

Em sua justificação, o ilustre autor do Projeto, o Deputado Ciro Pedrosa, afirma que apresentou o Projeto inspirado em proposição que fora apresentada anteriormente pelo Deputado Vittorio Mediolì, mas que terminou arquivada.

Lembra ainda o autor da proposição que os portadores da doença celíaca não podem consumir glúten, substância que desencadeia reação inflamatória na mucosa intestinal, atrofiando-a e prejudicando a absorção dos alimentos.

A introdução do símbolo internacional que caracteriza os produtos alimentares sem glúten facilitará, como lembra o Deputado Ciro Pedroza, a identificação de tais alimentos e dará mais visibilidade ao problema da doença celíaca. Diz ainda o proponente do Projeto que a introdução do símbolo há pouco referido é antiga reivindicação da ACELBRA, Associação dos Celíacos do Brasil.

O Projeto foi aprovado por duas Comissões de mérito: a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e a Comissão de Seguridade Social e Família. No primeiro desses Colegiados, foi relator da matéria o ilustre Deputado Dr. Ubiali; no segundo Colegiado, a matéria foi aprovada nos termos do Parecer Vencedor, cujo autor foi o ilustre Deputado Dr. Nechar.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições.

A matéria tem amparo constitucional: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, XII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Não há impedimento à iniciativa do processo legislativo em caso como o do Projeto em exame, conforme se depreende da leitura do art. 61, §1º, da Constituição da República.

A matéria é constitucional, portanto.

O Projeto de Lei nº 336, de 2007, não ofende em nenhum momento os princípios gerais do direito que informam o nosso sistema jurídico. É, desse modo, jurídico.

A técnica legislativa é adequada. Todavia, há necessidade de se corrigir a ementa. Vale lembrar que o defeito da ementa foi importado da Lei nº 10.674, de 2007.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 336, de 2007, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 5 de agosto de 2010.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 336, DE 2007

Altera a Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, que “obriga a que haja, nos produtos alimentícios comercializados, informação sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca”.

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“Obriga a que haja, nos produtos alimentícios comercializados, informação sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca.”

Art. 2º O art. 1º da lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo terceiro:

“Art. 1º.....

§ 3º A advertência “não contém Glúten” deverá vir acompanhada do símbolo internacional que caracteriza os alimentos isentos de glúten.”

Art. 3º As indústrias alimentícias ligadas ao setor terão o prazo de um ano, a contar da publicação desta Lei, para tomar as medidas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator